

Raízes da onda ESG estão na década de 1960, em estudos da Cepal

Por Mario Monzoni e Fernanda Carreira

Valor, 18/05/2022

Estamos apenas na primeira fase desse jogo, o de uma leve expansão das consciências sobre os desafios globais da sustentabilidade. Incorporar ESG na estratégia empresarial de fato, implica mudar o paradigma e a lógica de fazer negócios

Nos últimos anos, o acrônimo ESG (Environmental, Social and Governance) viralizou como um tsunami pelas mídias e redes sociais, e rapidamente foi adotado pela “elites” financeira, empresarial e acadêmica.

O anúncio feito em 2020 pelo CEO da BlackRock, Larry Fink, de que a maior administradora de investimentos do mundo passaria a incorporar questões de sustentabilidade e riscos climáticos na gestão e construção de seu portfólio teve papel central na popularização do tema, embora suas origens remontem a mais de 60 anos.

Desde esse comunicado, ESG se tornou o novo nome adotado pelas empresas para demonstrar, principalmente ao mercado financeiro, o engajamento em questões socioambientais. Esse processo, contudo, não levou a uma mudança radical de postura em relação aos desafios socioambientais dos nossos tempos.

Em muitos casos, esse comprometimento se restringe à publicação de relatórios “no padrão ESG” para investidores que agora se tornaram “conscientes”. É como se por meio de um par de óculos 3D, chamado de ESG, a realidade se transformasse em um metauniverso encantado, um imaginário coletivo em que todos os desafios socioambientais e éticos simplesmente desaparecessem. O metaverso do ESG.

Diante desse quadro, é preciso propor uma reflexão crítica para que o ESG seja uma realidade, e não um imaginário compartilhado ou uma nova narrativa. Esse processo começa com um resgate de como e onde essa onda se formou. Afinal, não estamos tratando exatamente de uma novidade, mas sim do resultado de um processo histórico, com raízes sólidas na ciência, iniciado na década de 1960 com a publicação de estudos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU) questionando o imaginário de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. A divulgação pelo Clube de Roma do relatório *The Limits to Growth*, em 1972, e realização da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano pela ONU, em Estocolmo, são outros demarcadores de fronteira.

A partir daí, começaram a brotar os ativismos socioambientais e uma agenda internacional de estudos, conferências, convenções, acordos multilaterais, pactos setoriais. Tivemos a Rio 92 e a Rio+20; o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que em 2015 foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua Agenda 2030; a Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e as famosas Conferências das Partes (COPs).

Essa sensação de que o ESG está mais para um déjà vu ficará ainda mais forte quando acrescentarmos nessa linha do tempo aspectos ambientais, sociais e de governança no setor financeiro.

Datam da segunda metade do século XX os primeiros fundos de investimentos com filtros negativos, que inauguraram o que chamamos de Socially Responsible Investing (SRI), cuja característica naquele momento era não ter em suas carteiras empresas dos setores de armas, bebidas, fumo ou de alto impacto ambiental.

Depois disso, tivemos uma segunda geração de fundos SRI, agora marcada pelo uso de filtros positivos, com um olhar para oportunidades e soluções que endereçassem as questões ambientais. Setores de energia renovável, biotecnologia, tecnologia da informação e reciclagem entraram no radar dos investidores.

As estratégias de SRI ganharam escala na década de 1990 e deram origem a fundos que não praticavam uma exclusão de setores, mas avaliavam as empresas por meio de critérios ESG e as comparavam com seus pares. Um representante icônico dessa geração foi o fundo norueguês Storebrand. No Brasil, os Fundos Ethical FIA, do Banco ABN Amro Real (hoje Santander), foram a referência.

Já nos anos 2000, vimos nascer a estratégia hoje conhecida como integração ESG, que incorporou de maneira explícita a análise ambiental, social e de governança no processo de tomada de decisão na construção de produtos. Por último, e não menos importante, surgiram também os investimentos de impacto (impact investing).

Essa breve retrospectiva indica que o termo ESG nasceu das discussões do setor financeiro, mas não apartado do que ocorria na agenda internacional de organismos multilaterais, academia e setor empresarial, entre outros atores. No entanto, em 2020, após o anúncio da BlackRock, os termos parecem ter se fundido, e o ESG prevalecido.

Mas o fato, contudo, é que estamos apenas na fase I do joguinho, o de uma leve expansão das consciências sobre os desafios globais da sustentabilidade. Alcançar as próximas fases, ou seja, incorporar ESG na estratégia empresarial de fato, implica mudar o paradigma e a lógica de fazer negócios, o que contempla, ao menos quatro aspectos.

Em primeiro lugar, é preciso olhar para a economia a partir da lente da Economia Ecológica, em que os limites à sociedade e, em última instância, à economia, são dados pelo meio ambiente, e não o contrário, como prevê a Economia Clássica.

O segundo ponto diz respeito ao engajamento com as questões sociais urgentes. As “empresas ESG” devem agir para combater a fome, a desigualdade e a pobreza, uma vez que detêm poder e influência política e econômica.

Questionar cabalmente a expansão do consumo e do crescimento econômico como sinônimos de desenvolvimento é o terceiro aspecto. Em outras palavras, devemos pensar em inovações disruptivas que desacoplem - do inglês decoupling - o crescimento dos impactos ambientais.

Finalmente, é preciso explorar alternativas sistêmicas para nossa sociedade, como as apresentadas pelo ativista ambiental Pablo Solón: decrescimento, comuns, Bem Viver, ecofeminismo, desglobalização, direitos da Mãe Terra.

O princípio de decrescimento pode ser discutível para as sociedades do Sul global, onde as necessidades básicas não foram oferecidas a toda a população e a pegada ecológica é muito menor se comparada ao Norte global. Porém, não é por isso que o Sul deve percorrer o mesmo caminho que o Norte percorreu. Pelo contrário. Nesse contexto, talvez os povos originários e tradicionais possam ser fontes de inspiração para esse ousado movimento.

No futuro, não adiantará colocar a culpa no carteiro. Devemos voltar nossas atenções, no presente, para a carta que a humanidade está escrevendo para as gerações futuras. Sim, é necessário colocar todos os bodes na sala e honrar o que chamamos de humanidade, em todas as suas dimensões. De outra maneira, vamos continuar na barbárie, em pleno século XXI, com outro nome ou acrônimo.

Mario Monzoni e Fernanda Carreira são, respectivamente, coordenador e pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP (FGVces).